cumprimentar os professores e universitários que estão nesta Casa hoje e que nos deram a honra de assistir esta Sessão, esperando que esta não seja uma única vez, que ela se repita e colocando a nossa estrutura à disposição e, realmente, é um dever do Tribunal esta interação e ficamos extremamente honrados com a presença de todos. Cumprimentando também a doutora Jussara Derenji e a sua equipe da Universidade Federal do Pará. Eu quero cumprimentar o Conselheiro Cipriano, obviamente, pelo Fórum, mas rapidamente, porque isso vai ser objeto da nossa próxima Sessão. O que eu queria agora, já, de acordo com os nossos Conselheiros todos e já comuniquei, inclusive, naquela oportunidade para a própria Presidente, é que esta Casa se faz devedora hoje do apoio, do afeto, da solidariedade e muito contribuindo para os nossos eventos, especialmente os nossos fóruns, a uma pessoa de extrema competência, que se despe da vaidade que tantas vezes embriaga algumas figuras que não dão valor às coisas mais importantes, que são a humildade e a simplicidade, e eu quero me referir, ilustres Conselheiros, ao Ministro Vice-Presidente do TCU, Benjamin Zymler, que todas as vezes que é requisitado para eventos deste Tribunal, comparece com segurança, se colocando, como foi desta vez, diante de uma plateia que já não se diz de dezenas, mas com centenas de pessoas, já passando de mil pessoas, uma posição absolutamente tranquila, digna, fazendo aquilo que deve fazer um Ministro de Tribunal de Contas, que deve ser exemplo para os Conselheiros de Tribunais de Contas, que possa enfrentar a população olho no olho e dizer e reconhecer, eventualmente, seus erros, mas jamais ficar abrigado na omissão de nada fazer. E esse homem se credenciou pela sua competência, pela sua solidariedade, a receber, da nossa instituição, a sua mais alta condecoração, que é a medalha Serzedello Corrêa no nível "A". Peço ao Secretário para que não me alongue muito nesta manifestação, que o currículo sobejamente conhecido de todos nós, muito brilhante, seja transcrito nesta proposição que acabo de fazer e pedindo, se aceita a proposição que trago aqui, quero dizer que é a primeira vez que faço, nesta Casa, a proposição de um título a uma personalidade, porque acho que temos que ser seletivos, temos que ser exigentes exatamente para mostrar que não se condecora a "3 por 4", porque isso desvalorizaria a Comenda. De forma que eu proponho a este Plenário, que esta Casa conceda a Medalha Serzedello Corrêa classe "A" ao Ministro Benjamin Zymler em oportunidade que a sua Excelência deverá marcar, e peço, também já constante na proposição que faço, que eventualmente, como tenho certeza que seja aprovado, que sua Excelência, ao ser comunicado deste fato, à sua conveniência determine a data que poderá recebê-la no Plenário desta Casa. Peço a Vossa Excelência que coloque, portanto, senhora Presidente, esta proposição ao julgamento dos demais Conselheiros.

RESOLUÇÃO Nº. 17.854

PROCESSO Nº.2009/53324-5

Assunto: Consulta formulada pelo Sr. GERALDO FRANCISCO DE MORAIS, Prefeito de Brejo Grande do Araguaia, acerca da possibilidade de um município que se encontra inadimplente na prestação de contas do gestor anterior, realizar convênios com os entes públicos dada uma situação emergencial reconhecida pelo Governo estadual através de Decreto de Emergência.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA
Decisão: R E S O L V E M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 26, inciso XI, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, com nova redação dada pela Lei Complementar nº. 20, de 18.02.1994 adotar como resposta da presente consulta, o parecer da Consultoria Jurídica abaixo transcrito:

Trata o presente de Consulta apresentada ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, formulada pelo Prefeito Municipal de Brejo Grande do Araguaia/PA, Sr. Geraldo Francisco de Moraes. A consulta proposta cumpre os preceitos do art. 220 e 221 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e faz o seguinte questionamento:

"Um município que está inadimplente na prestação de contas do gestor anterior, e em consequência impedido de obter certidões de regularidade, junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, pode realizar convênios com as referidas esferas públicas e apresentar as certidões posteriormente nos termos da Lei 9.840/99, considerando que teve homologado pelo Governo do Estado o Decreto de Emergência?"

Apresentado o questionamento, objeto da consulta, emitimos o seguinte parecer.

Na consulta formulada, o Município encontra-se inadimplente na prestação de contas do gestor anterior, e conseqüentemente, impedido de obter certidões de regularidade, junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal LC nº. 101/2000, em seu art. 25, §º1, IV, disciplina que para ocorrer a transferência voluntária de recursos, é obrigatória a comprovação, por parte do beneficiário, que se encontra em dia com a prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos. Senão vejamos:

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. §1º - São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

*...
IV-comprovação, por parte do beneficiário, de:*

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

Na consulta, o Município encontra-se em estado de calamidade pública ou em situação de emergência. O Decreto nº. 5.376, de 17.02.2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC e o Conselho Nacional de Defesa Civil, estabelecendo ainda outras providências, preceitua no art. 17, §1º, a hipótese de homologação do ato de declaração do estado de calamidade pública ou da situação de emergência, mediante decreto do Governador do Estado, in verbis:

Art. 17. O estado de calamidade pública e a situação de emergência, observados os critérios estabelecidos pelo CONDEC, serão declarados mediante decreto do Governador do Distrito Federal ou do Prefeito Municipal.

§ 1º A homologação do ato de declaração do estado de calamidade pública ou da situação de emergência, mediante decreto do Governador do Estado, é condição para ter efeito jurídico no âmbito da administração estadual, e ocorrerá a pedido solicitado pelo Prefeito Municipal, que declarará as medidas e ações municipais já em curso, sua capacidade de atuação e recursos humanos, materiais, institucionais e financeiros empregados e não suficientes para o restabelecimento da normalidade no Município.

O art. 3º, III e IV do Decreto nº. 5.376/2005, define situação de emergência o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos superáveis pela comunidade afetada e o estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes. Ressalta-se que a Lei nº. 9.840/99 é um diploma reformador da Lei nº. 9.504, de 30.09.1997 (estabelece normas para eleições), e da Lei nº. 4.737, de 15.07.1965 - Código Eleitoral.

A Lei nº. 6.286, de 05.04.2000, proíbe a celebração de convênios do Estado do Pará com Municípios em atraso com o pagamento do funcionalismo público e a prestação de contas aos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios. Excepcionalmente, a proibição não abrange os municípios que estiverem sob regime de intervenção. Senão vejamos:

Art. 1º - É proibida a celebração de convênios que visem a transferência voluntária de recursos do Estado aos municípios que estiverem em atraso com o pagamento do funcionalismo público municipal ou em atraso com prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado ou Tribunal de Contas dos Municípios.

*...
§ 4º - Excluem-se da proibição deste artigo os municípios que estiverem sob regime de intervenção.*

*...
Art. 3º - Comprovar-se-á a regularidade do município através de certidão expedida pelo respectivo Tribunal, no caso de prestação de contas, ou por denúncia fundamentada de servidor ou vereador, em se tratando de falta de pagamento, competindo ao Estado a necessária confirmação.*

O Tribunal de Contas do Estado do Pará emitiu a Resolução nº. 17.282, de 12.12.2006, Processo nº. 2006/52538-6, que

estabeleceu:

"II - A obrigatoriedade da apresentação de certidões de regularidade por parte da entidade beneficiária é exigência legal imperativa para a celebração de ajustes de transferências voluntárias. Logo, o seu descumprimento, ou seja, a não apresentação de certidões de regularidade exigidas, somente poderá ocorrer, em casos excepcionais, motivados por "caso fortuito" ou "força maior", devidamente comprovados e justificados, devendo ser exigido, então, termo de declaração do beneficiário sobre a regularidade de sua situação, tudo isto, sem prejuízo da obrigatoriedade de apresentá-las, dentro da vigência do ajuste e, tão logo cessados os motivos insuperáveis que haja sido alegados para a não apresentação das certidões no momento da celebração do ajuste. O beneficiário será responsável pelas informações que prestar na falta de certidões, e, cessados o impedimento decorrente do caso fortuito ou força maior, no caso de suas informações não serem confirmadas pela certidão, ou pelas certidões, que vierem a ser fornecidas, por elas responderá civil e penalmente, na forma da lei."

Portanto, excepcionalmente, admite-se a celebração de convênio para a transferência voluntária de recursos, sem a apresentação de certidões de regularidade, quando o Município estiver sob regime de intervenção, com base no art. 1º, §4º da Lei nº. 6.286/2000, ou ainda, quando motivados por "caso fortuito" ou "força maior", devidamente comprovados e justificados, devendo ser exigido, então, termo de declaração do beneficiário sobre a regularidade de sua situação, tudo isto, sem prejuízo da obrigatoriedade de apresentá-las, dentro da vigência do ajuste e, tão logo cessados os motivos insuperáveis que haja sido alegados para a não apresentação das certidões no momento da celebração do ajuste, de acordo com a Resolução nº. 17.282, de 12.12.2006.

No caso em questão, o Município encontra-se inadimplente na prestação de contas do gestor anterior, estando impedido de obter certidões de regularidade junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. O fato de ter sido homologado pelo Governo do Estado o Decreto de Emergência, não configura medida excepcional, para se admitir a celebração de convênio para a transferência voluntária de recursos, sem a apresentação de certidões de regularidade.

Diante de todo o exposto, não se admite que um município que está inadimplente na prestação de contas do gestor anterior, e conseqüentemente impedido de obter certidões de regularidade, junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, possa realizar convênios com as referidas esferas públicas e apresentar as certidões posteriormente, ainda que tenha sido homologado pelo Governo do Estado o Decreto de Emergência.

Por oportuno, o assunto da presente Consulta se reveste de interesse geral para toda a Administração Pública, pelo que esta Consultoria Jurídica sugere que o presente seja autuado em forma de processo, e posteriormente apreciado pelo Douto Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

É o Parecer,

RESOLUÇÃO Nº. 17.855

PROCESSO Nº.2010/50236-2

Assunto: Consulta formulada pelo Sr. Ângelo Miranda, Procurador do Município de Aurora do Pará, acerca do procedimento a ser adotado em processos de prestação de contas (contábil, orçamentária e licitatória) de convênios realizados com outro ente público cujos repasses, fixados no cronograma de desembolso do respectivo plano de trabalho, não foram obedecidos.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA
Decisão: R E S O L V E M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, com fundamento no art. 26, inciso XI, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, com nova redação dada pela Lei Complementar nº. 20, de 18.02.1994, responder a presente consulta na forma do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, abaixo transcrito:

A questão é simples. Assinado o convênio, o recurso só foi liberado quase ao término da vigência, e o consulente indaga, então, como proceder com relação à prestação de contas. Ora, se o recurso não foi liberado, a Prefeitura não poderá realizar despesas com fulcro no convênio; logo, ante a situação ocorrida, a mesma deverá, para poder utilizar o recurso convênio, que não poderá fazer após finda a respectiva vigência, será firmar um termo aditivo, para prorrogar-lhe a vigência.

Outra opção, se isto não ocorrer, ele somente poderá efetuar despesas caso esteja previsto no termo de convênio, a